

PODER LEGISLATIVO

TERÇA-FEIRA (10)

Às 13h, a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) da Câmara dos Deputados realizou reunião deliberativa. Foram aprovados:

[Projeto de Lei 84/2025](#), de autoria da deputada Rosângela Moro (UNIÃO-SP), que cria preferência na celebração de parcerias com a administração pública para entidades voltadas ao atendimento de pessoas com deficiência e doenças raras. O projeto teve substitutivo da deputada Maria Rosas (Republicanos-SP). Agora, o texto será analisado pela Comissão de Administração e Serviço Público (CASP).

[Projeto de Lei 1061/2025](#), de autoria do deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM), que altera a Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, para dispor sobre a criação de um “QR Código dinâmico” voltado à identificação específica de pessoas com deficiências ocultas. A matéria teve parecer favorável da deputada Andreia Siqueira (MDB-PA). O texto segue para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

[Projeto de Lei 4663/2024](#), de autoria do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), que institui o Programa Nacional “Vacina em Casa”, voltado a estimular a vacinação domiciliar de pessoas idosas, com deficiência ou com dificuldades de locomoção. o PL teve substitutivo do deputado Geraldo Resende (PSDB-MS). A matéria segue para análise da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO).

[Requerimento 77/2025](#), de autoria do deputado Aureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), que solicita a realização de audiência pública para debater a necessidade de regulamentação específica da cobertura obrigatória de procedimentos e serviços de atenção domiciliar (Home Care) pelos planos de saúde.

Foi devolvido ao relator:

[Projeto de Lei 1408/2023](#), de autoria do deputado Afonso Motta (PDT-RS), que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a continuidade dos cuidados assistenciais ao usuário de plano de saúde coletivo após a rescisão unilateral do contrato. O PL tem substitutivo do deputado Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ).

Às 13h55, o Plenário da Câmara dos Deputados realizou sessão deliberativa. Teve a votação adiada:

[Projeto de Lei 2583/2020](#), de autoria do deputado Doutor Luizinho (PP-RJ) e outros parlamentares, que institui a Estratégia Nacional de Saúde e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. O texto tem substitutivo do relator, deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL).

[Às 17h30](#), a Câmara dos Deputados realizou a Mesa Redonda da Primeira Infância, Infância, Adolescência e Juventude.

QUARTA-FEIRA (11)

Às 08h30, a Frente Parlamentar da Química (FPQuímica) promoveu encontro com especialistas, governo, indústria e parlamentares para

debater políticas públicas que fortaleçam a produção nacional de IFAs e a soberania sanitária do país.

Às 09h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal realizou reunião deliberativa. Foram aprovados:

[Requerimento 54/2025](#), de autoria da senadora Dra. Eudócia (PL-AL), que propõe a criação de Subcomissão Temporária com o objetivo de debater, apreciar e elaborar propostas relacionadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no sistema de saúde de terapias, vacinas e medicamentos de alto custo, para prevenção ou tratamento dos diferentes tipos de câncer.

[Projeto de Lei 5688/2023](#), de autoria da deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), que pretende instituir a Política Nacional de Enfrentamento da Infecção por Papilomavírus Humano. A matéria teve parecer favorável da senadora Dra. Eudócia (PL-AL). Também foi aprovado requerimento de urgência para que o projeto seja votado pelo Plenário.

[Projeto de Lei 4590/2020](#), de autoria do ex-deputado federal Ney Leprevost, que altera a Lei nº 14.650, de 23 de agosto de 2023, que institui o Dia Nacional da Diálise, para definir objetivos nas ações de conscientização sobre doenças renais, prevenção de seu agravamento, fatores de risco, comorbidades e diálise. A matéria teve substitutivo da relatora, senadora Damares Alves (Republicanos-DF).

[Requerimento 55/2025-CAS](#), de autoria do senador Fernando Dueire, para a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 6040, de 2019, que “altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que ‘dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde’, para garantir que as mulheres que estejam até na 18ª semana de gestação que contratem planos de saúde hospitalares com cobertura obstétrica tenham direito a atendimento integral, inclusive à realização de

cirurgias, em caso de necessidade de assistência médica hospitalar decorrente da condição gestacional em situações de urgência”

Tiveram a votação adiada:

[Projeto de Lei 6040/2019](#), de autoria do senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que “dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde”, para garantir que as mulheres que estejam até na 18ª semana de gestação que contratem planos de saúde hospitalares com cobertura obstétrica tenham direito a atendimento integral, inclusive à realização de cirurgias, em caso de necessidade de assistência médica hospitalar decorrente da condição gestacional em situações de urgência.

[Projeto de Lei 4712/2019](#), de autoria do ex-deputado Gil Cutrim, que altera a Lei nº 14.543, de 3 de abril de 2023, que institui a Semana Nacional de Conscientização sobre a Depressão, a ser celebrada anualmente na semana que compreender o dia 10 de outubro, para dispor sobre seus objetivos. A matéria tem substitutivo da senadora Leila Barros (PDT-DF).

[Às 09h30, às](#) Comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; Saúde realizaram audiência pública com o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

O ministro apresentou o planejamento estratégico e as prioridades da pasta para o período de sua gestão. [Confira a matéria](#)

Às 11h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal realizou reunião deliberativa. Foi aprovado:

[Projeto de Lei 848/2019](#), de autoria do senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tornar obrigatória a divulgação de informações de caráter educativo e preventivo que possam contribuir para a redução da incidência da gravidez na adolescência e alertar sobre os graves riscos inerentes à prática do aborto. A matéria teve parecer favorável da senadora Damares Alves (Republicanos-DF).

Foi retirado de pauta:

[Projeto de Lei 561/2024](#), de autoria da deputada Cristiane Lopes (UNIÃO-RO), que cria a Semana Nacional da Maternidade Atípica. A matéria tem parecer favorável do senador Fabiano Contarato.

Às 10h, a Comissão de Educação realizou reunião deliberativa. Teve a votação adiada:

[Projeto de Lei 5185/2019](#), oriundo do Senado Federal, que altera a Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, com vistas a estabelecer procedimentos inclusivos para educandos e concursandos com transtornos de aprendizagem e do neurodesenvolvimento. A matéria tem parecer favorável do deputado Rafael Brito (MDB-AL).

Às 13h, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa realizou reunião deliberativa. Foi aprovado:

[Requerimento 29/2025](#), de autoria dos deputados Geraldo Resende (PSDB-MS), Luiz Couto (PT-PB), que solicita a realização de audiência pública sobre Políticas de enfrentamento às Doenças crônicas não transmissíveis na terceira idade.

Às 14h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal [realizou audiência pública para:](#)

Instruir o Projeto de Lei nº 2158, de 2023, que “altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que 'dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências', para permitir que os medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados, que disponham de farmacêutico”. O debate foi solicitado pelo relator do PL, senador Humberto Costa (PT-PE). [Confira a matéria](#)

Às 14h30, a Comissão Especial destinada a acompanhar as ações de combate ao câncer no Brasil (CECANCER) realizaria reunião deliberativa, mas não obteve quórum. Também está prevista a eleição de vice-presidente. Constavam na pauta:

[Requerimento 21/2024](#), de autoria do deputado Dr. Victor Linhalis (PODE-ES), que solicita a realização de audiência pública para discussão do tema: “Agosto Branco, mês de conscientização sobre o Câncer de Pulmão”.

[Requerimento 22/2024](#), de autoria da deputada Renilce Nicodemos (MDB-PA), que propõe a realização de audiência pública para discussão do tema: “Setembro: mês de conscientização sobre os Cânceres Ginecológicos”.

[Requerimento 23/2024](#), de autoria da deputada Flávia Moraes (PDT-GO), solicita a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Saúde para discutir o tema: “Agosto Branco, mês de conscientização sobre o Câncer de Pulmão”.

[Requerimento 24/2024](#), de autoria da deputada Flávia Moraes (PDT-GO), que solicita a realização de um seminário conjunto entre a Comissão Especial de Combate ao Câncer no Brasil, a Comissão de Defesa dos

Direitos da Mulher e as Subcomissões Especiais de Prevenção e Controle do Câncer (SUBCÂNCER), em alusão ao Outubro Rosa, com o tema: “Seminário de Integração das Políticas Públicas voltadas à Saúde das Mulheres”.

[Requerimento 25/2024](#), de autoria da deputada Silvia Cristina (PP-RO), que solicita a realização de seminário com o tema: “Cenário da Oncologia no Brasil – Diagnóstico, Tecnologia, Acesso e Radioterapia”.

[Requerimento 26/2024](#), dos deputados Paulo Foletto (PSB-ES) e Weliton Prado (Solidariedade-MG), que propõe a realização de audiência pública com o objetivo de debater os danos causados à saúde da população pelo uso de cigarros eletrônicos.

[Requerimento 27/2024](#), dos deputados Eduardo da Fonte (PP-PE) e Lula da Fonte (PP-PE), que propõe a realização de audiência pública para discutir a habilitação de hospitais para a realização do procedimento de PIPAC, bem como a retomada da produção de Mitomicina C no Brasil.

[Requerimento 1/2025](#), de autoria do deputado Paulo Foletto (PSB-ES), que solicita audiência pública para debater o uso da protonterapia no Brasil.

[Requerimento 2/2025](#), de autoria do deputado Weliton Prado (Solidariedade-MG), que solicita a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater o programa “Agora Tem Especialistas”, com foco na oncologia.

[Requerimento 3/2025](#), de autoria do deputado Weliton Prado (Solidariedade-MG), que solicita a realização de Audiência Pública com o objetivo de debater o tema “Inovação na Reabilitação no SUS, a experiência do Hospital de Amor”.

[Requerimento 4/2025](#), de autoria do deputado Weliton Prado (Solidariedade-MG), que requer a realização de Visita Técnica ao Hospital de Amor, na cidade de Barretos/SP.

[Requerimento 5/2025](#), de autoria do deputado Weliton Prado (Solidariedade-MG), que solicita a realização de Audiência Pública, na cidade de Uberlândia/MG, com o objetivo de debater a “Reabilitação dos pacientes e o impacto do 1º Centro de Reabilitação do Hospital de Amor em Minas Gerais”.

[Requerimento 6/2025](#), de autoria do deputado Weliton Prado (Solidariedade-MG), que requer a realização do I Seminário Internacional “Política de Prevenção e Controle do Câncer”.

Às 15h, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO) [realizou audiência pública para:](#)

Debater a cobertura vacinal contra influenza na pessoa idosa no ano de 2024. O debate foi solicitado pelo deputado Geraldo Resende (PSDB-MS).

O Congresso Nacional recebeu iluminação especial na cor vermelha pelo Dia Mundial do Doador de Sangue (14 de junho).

A ação integra a campanha Junho Vermelho, criada pelo Ministério da Saúde em 2015 com o objetivo de homenagear os doadores de sangue e conscientizar a população sobre a importância desse gesto solidário e essencial para salvar vidas. A iluminação atendeu solicitação do deputado Lula da Fonte (PP-PE). [Confira a matéria](#)

QUINTA-FEIRA (12)

Às 09h30, a Comissão de Saúde realizou audiência pública para debater o tema:

Dificuldade de acesso ao diagnóstico e tratamento da obesidade. O debate foi solicitado pelos deputados Fernanda Pessoa (UNIÃO-CE) e Dr. Frederico (PRD-MG), e presidido pela deputada Meire Serafim (União-AC). [Confira a matéria](#)

ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS

TERÇA-FEIRA (10)

[Às 15h, foi realizado](#) o 2º encontro da Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

A Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública da Bahia realizará reunião deliberativa. Consta na pauta:

Requerimento de Audiência Pública, a pedido do Movimento Somos Raros, para debater “as violações de direitos humanos que as pessoas com doenças raras enfrentam”, com sugestão de data para a ser indicada pela comissão.

QUARTA-FEIRA (11)

Às 09h, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul realizou reunião deliberativa. Foi aprovado:

Requerimento de Audiência Pública 18/2025, de autoria do deputado Zé Nunes, para discutir o PL 74/2025: Uso do Fundo de Reconstrução (FUNRIGS) para reduzir as filas de cirurgias eletivas do SUS. [Confira a matéria](#)

A Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) realizou reunião. Foi aprovado:

[Projeto de Lei 3107/24](#), que dispõe sobre a política estadual de prevenção, tratamento e controle das doenças crônicas de pele. O relator, deputado Professor Cleiton (PV), não sugeriu alterações no texto que passou em 1º turno. Agora, a proposição já pode retornar ao Plenário, para votação definitiva.

QUINTA-FEIRA (12)

Às 10h30, o Plenário da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro realizou sessão para votação de proposições. Foi aprovado:

[Projeto de Lei 3417/2024](#), de autoria do deputado Munir Neto, que dispõe sobre fixação de cartazes informativos sobre a existência do estatuto da pessoa com doença crônica complexa e rara, nas unidades de saúde públicas e privadas no estado do Rio de Janeiro. [Confira a matéria](#)

PODER EXECUTIVO

SEGUNDA-FEIRA (09)

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) realizou a 7ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada (DICOL) de 2025.

Foi realizada a aprovação da proposta de atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde – Nota Técnica de Recomendação Final:

- Pela inclusão no rol do Tildrakizumabe para o tratamento de pacientes adultos com psoríase em placas moderada a grave;
- Pela não inclusão no rol do Pirtobrutinibe para o tratamento de linfoma de células do manto recidivante ou refratário, em pacientes previamente tratados com pelo menos duas linhas sistêmicas, incluindo inibidor covalente de BTK.

Também foi realizada a aprovação da proposta de atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde – Nota Técnica de Recomendação Preliminar:

- Desfavorável à UAT 153 – trata da indicação de uso do Mepolizumabe, em combinação com corticosteroides intranasais, para o tratamento de pacientes adultos com rinossinusite crônica com pólipos nasais graves;
- Favorável à UAT 161 – trata da Radioterapia de Intensidade Modulada (IMRT) para o tratamento de tumores do canal anal;
- Desfavorável à UAT 165 – trata da combinação Tafasitamabe + Lenalidomida para o tratamento de pacientes adultos com linfoma difuso de grandes células B recidivado ou refratário, incluindo o LDGCB transformado de linfoma de baixo grau, não elegíveis ao transplante autólogo de células-tronco.

Às 10h, a Anvisa realizou um webinar para apresentar o Desenho Lógico de Responsabilidades para Instituições de Longa Permanência para

Idosos (ILPIs), que define as responsabilidades de cada ator envolvido na gestão e no funcionamento dessas instituições.

Às 15h, a Anvisa realizou um webinar com o tema: “Atualizações e perspectivas sobre o Sistema Nacional de Controle de Receituários – SNCR”.

O Ministério da Saúde [publicou a portaria](#) que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o Comitê Interinstitucional de Farmacovigilância de Vacinas e outros Imunobiológicos com atualização das normas de funcionamento e ampliação do escopo de atuação.

TERÇA-FEIRA (10)

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) [publicou a Consulta Pública](#) com prazo de 20 dias, no período de 12 de junho a 01 de julho de 2025 para que sejam apresentadas críticas e sugestões acerca da recomendação preliminar de não incorporação das tecnologias contidas na UAT nº 152 Teste pré-natal não invasivo (NIPT); UAT nº 153 (Mepolizumabe); e UAT nº 165 (Lenalidomida) e da recomendação preliminar de incorporação da tecnologia contida na UAT nº 161 Radioterapia de intensidade modulada (IMRT).

QUARTA-FEIRA (11)

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) realizou reunião. Foi realizada a apresentação de novos Conselheiros Nacionais de Saúde; debatido os

20 anos da Política Nacional de Assistência Farmacêutica; e o Programa Agora tem Especialistas, lançado pelo Ministério da Saúde.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar [publicou a resolução](#) que altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória do medicamento imunobiológico Tildrakizumabe, para o tratamento de pacientes adultos com psoríase moderada a grave, e que são candidatos à terapia sistêmica ou fototerapia, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 4º, 7º e 8º do art. 10, da Lei nº 9.656/1998.

QUINTA-FEIRA (12)

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) realizou reunião. Foi realizada a análise do Relatório de Anual de Gestão (RAG) de 2024; debatida a Regulamenta a Nova Política de Educação a Distância (EAD); e a definição das coordenações das comissões.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar [publicou o aviso de audiência pública](#) acerca da recomendação preliminar de não incorporação das tecnologias contidas na UAT nº 152 Teste pré-natal não invasivo (NIPT); UAT nº 153 (Mepolizumabe); e UAT nº 165 (Lenalidomida). O debate será realizado no dia 27 de junho de 2025 das 09h às 13h, virtualmente, via plataforma Microsoft Teams.

O Ministério da Saúde [publicou a portaria](#) que institui, em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro de custeio, para o atendimento de adultos com Síndrome Respiratória Aguda Grave -

SRAG, em estabelecimentos hospitalares no âmbito da Atenção Especializada do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Secretaria Executiva do Ministério da Saúde [publicou a portaria](#) que altera a Portaria SE/MS nº 819, de 23 de maio de 2025, para prorrogar o prazo de apresentação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - Pronon, no exercício de 2025, e ajustar o cronograma previsto no Anexo I. De acordo com a portaria, os projetos deverão ser submetidos até às 23h59 do dia 15 de julho de 2025, exclusivamente por meio da plataforma eletrônica Transferegov.br. O resultado provisório da classificação dos projetos será publicado até o dia 5 de agosto de 2025, no Diário Oficial da União.